



14 de setembro de 2012

É, para mim, uma honra representar, nesta cerimônia, os agraciados com a “[Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rêgo](#) Santos”. Atendo à nobre indicação com alegria e com a atenção posta no compromisso de agradecer e, simultaneamente, dizer da singular importância de sermos homenageados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Entendo que, de maneira destacada, emanam do Ministério Público as mais valiosas lições de promoção da justiça e da defesa da democracia como formas de servir à sociedade com ética, comprometimento, independência e transparência.

Testemunhamos, num tempo não tão longínquo, os males decorrentes da supressão do estado de Direito, cujos danos permanecem na memória de tantos quantos foram vítimas ou assistiram a perseguições e ameaças, ora mais, ora menos veladas, que, em alguns casos, foram levadas às últimas consequências. Ora, o reconhecimento da proeminência do Direito, é o nosso melhor instrumento para construção da democracia, para o sucesso da tarefa de conferir a cada cidadão, a cada instituição a justa medida de direitos e deveres. O abrigo das leis, que a todos concerne igualmente, é elemento indispensável para a consolidação de um tecido social sempre mais equânime. Particularmente no Brasil de nossos dias, que, enfim, parece confirmar as nossas esperanças de justiça e solidariedade, o Ministério Público,



assim eu entendo, tem a tarefa soberana de remover o que impede que todos, sem qualquer tipo de distinção, tenham acesso aos benefícios do desenvolvimento social, a uma vida digna e, por que não dizer, mais feliz. Temos observado, em mais de uma oportunidade, a defesa e o reconhecimento, por parte dos órgãos de justiça e, particularmente, do Ministério Público, de avanços significativos - sociais, políticos e econômicos - a que antes as camadas menos favorecidas não tinham acesso. Este é um caminho que não pode ser interrompido. Espero que consigamos passar de uma sociedade de minorias para uma sociedade que a todos possa concernir de igual forma.

Vivemos uma época nova, marcada pela globalização e pela exposição mútua das civilizações e dos projetos sociais. Ainda que não tenhamos claro o rumo a seguir, sabemos muito bem quais erros não devemos cometer. Estamos diante de uma nova oportunidade de tratar a diversidade. Ou insistiremos na trajetória clássica da dominação, com a violência a ela correspondente, ou podemos, seduzidos pela esperança, lutar em favor de um mundo novo, onde o espaço do diálogo e da conversação não seja interrompido pela brutalidade ou pela violência.

Estando à frente da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, sei que faço parte de um governo firmemente comprometido com o desenvolvimento de nosso Estado e que tem dado reiteradas mostras de seriedade no trato da coisa pública. É sabido que educação com justiça e equidade é um processo incessante de



aproximação de um ideal. A cada patamar alcançado, novos desafios se apresentam: a extensão a mais camadas da população dos benefícios sociais, o acesso a novos direitos e a progressiva redução das desigualdades. Dado este cenário, é de fundamental importância a proposição de uma agenda que possibilite o avanço efetivo na direção do desenvolvimento humano e sustentável, capaz de garantir crescimento econômico, justiça social e equidade. Para dizer de maneira emblemática, esta agenda deve ser a face social e o rosto humano de uma proposta de governo fundada na gestão de qualidade, eficiente e construída de maneira estratégica.

Estamos, neste momento em Minas Gerais, diante de uma oportunidade única de construir uma sociedade mais generosa, caracterizada pelo acesso a educação mais abrangente e inclusiva. Mas sem alguma clareza em torno de um trabalho que integre, efetivamente, os esforços e ações empreendidos por nossas instituições, continuaremos reféns das urgências e de medidas condescendentes de curto prazo, sem conseguir construir qualquer solução duradoura e que tenha como meta a expansão continuada da cidadania.

À vista disso, a construção de uma agenda de estado que tenha como meta a expansão continuada da cidadania deve levar em conta quatro dimensões essenciais e sempre enfaticamente defendidas pelo egrégio Ministério Público, a saber:

O Caráter Público



Vivemos em sociedades caracterizadas por um acúmulo de bens - materiais e simbólicos - historicamente inédito. Entretanto, contrariamente à esperança iluminista, o desenvolvimento permaneceu muito aquém do ideal de uma ampla irradiação social. Pelo contrário, vivemos em espaços crescentemente segregados - geográfica, cultural e economicamente. Nossas cidades encerram subcidades mutuamente incomunicáveis; nossos espaços públicos, não raro, são espaços vazios, submetidos a um melancólico anonimato. Muitas vezes, sob uma paradoxal alegação de tolerância, cultivamos na verdade uma cuidadosa indiferença, que não cessa de se multiplicar.

Contra isto, precisamos lembrar que públicos são aqueles campos ou atividades que, dizendo respeito a todos, não pertencem a ninguém em particular. Talvez decorra daí nossa primeira tarefa, nossa primeira resposta ao aceno do futuro. Que sejamos capazes, no conjunto das ações interinstitucionais, de identificar os fatores que contribuam para a reiteração da exclusão, para a interdição ou impedimento do acesso a tudo o que torna a vida humana menos árida, mais amena e mais feliz. Que a esse diagnóstico sejamos capazes de fazer seguir políticas continuadas e eficazes de inclusão, de modo que sejam criadas as condições para que nossas cidades possam ser o que devem ser as cidades: o lugar por excelência onde se forma nossa humanidade. Nisso, a ação do Ministério Público é essencial.



A Diversidade

Há, em nossos dias, um razoável consenso em torno de medidas respeitadoras da diversidade humana. Já se vão longe os tempos em que medíamos as demais sociedades pela distância que elas mantinham em relação à nossa ou nos quais insistíamos em eleger um estrato social como padrão a ser imitado pelo conjunto da sociedade. Discriminações fundadas em distinções de gênero, raça, faixa etária, opção sexual, entre outras, que sempre deram margem a uma continuada opressão, são, hoje, cada vez mais rejeitadas. Entretanto, se no plano das intenções, e mesmo da legislação, somos mais generosos e rigorosos, do ponto de vista das relações sociais o caminho a ser percorrido em direção a um cenário mais aceitável é, ainda, muito longo.

É preciso lançar mão de políticas proativas, com a defesa serena e firme do direito à diferença, do direito à diversidade. Diversidade de crenças, de práticas, de costumes, de metas e de caminhos. Nossas ações devem ser pautadas não apenas pelo pleno respeito e proteção do direito à diferença, mas, sobretudo, pela adoção de medidas que permitam aos sujeitos com que lidamos contar com instrumentos de solidificação da cultura a que pertencem. Apenas quando contarmos com a plena explicitação de nossas identidades daremos conta de constituir uma diversidade respeitosa e produtiva, capaz de abrigar uma tolerância esclarecida, atenta à delicadeza das infinitas



diferenças e sempre disposta ao diálogo, meta última e destino maior das diferenças. Esta dimensão exige uma forma radical de intervenção, que deve sustentar uma permanente reflexão crítica por parte do governo e dos agentes públicos com relação a suas práticas, aos conteúdos e às formas de implementação das políticas públicas. Mais uma vez, a ação do Ministério Público é vital.

A Intersetorialidade

Ao contrário do que indicavam nossas expectativas, a fragmentação parece ser o mote da vida contemporânea. Não apenas os nossos campos de conhecimento são cada vez mais impermeáveis uns aos outros, mas, até o modo como funcionam nossas instituições espelha-se numa concepção de trabalho parcelado sem integração.

Ora, grande parte dos problemas sequer pode ser abordada a partir deste paradigma. Se nos voltarmos para os problemas sociais, que são problemas totais, veremos que metodologias e procedimentos calcados na fragmentação são, na melhor das hipóteses, inócuos. É em vista disso que devemos nos esforçar para encontrar novas estratégias, que permitam uma atuação conjunta, e que possam corresponder à natureza dos problemas abordados. Educação e saúde, segurança e cidadania, cultura e desenvolvimento econômico, trabalho e lazer, devem dar origem a políticas públicas capazes de gerar uma ação integrada e integradora. Não se trata de nenhuma superposição ou de qualquer dissolução das especificidades de cada área e nem, muito menos, de defender hierarquizações alternativas. Pelo contrário, a



tarefa que temos diante de nós é outra: atuar em rede, de forma dinâmica, interativa e com retroalimentação permanente. Iniciativas desta natureza implicam mudanças significativas em órgãos e instituições. Esta dimensão deverá incluir também, e necessariamente, a atuação em rede dos entes federados e a contribuição efetiva de organismos da sociedade civil. Sem prejuízo, obviamente, da identidade, da responsabilidade e da atribuição de cada um dos atores envolvidos. Redes de parcerias entre entes públicos e privados que guardem similaridade na sua atuação constituem poderosos e inéditos instrumentos de transformação social. É preciso compreender que determinados problemas sociais configuram verdadeiras “crises crônicas” que exigem diagnóstico multifacetado e metodologias inovadoras – a solução por problemas, por exemplo – e exigem a constituição de redes de atuação específicas. Também, aqui, a atuação do Ministério Público é destacada.

A Promoção e Defesa dos Direitos

É na área dos direitos humanos que deveremos avançar mais, com mais qualidade, maior integração e maior empenho na ação das políticas públicas. Dois campos exigem atenção especial. Em primeiro lugar, a garantia dos direitos das camadas da população mais vulneráveis. É preciso formular, planejar e desenvolver ações que possam caracterizar o desenvolvimento humano e o respeito aos direitos das comunidades indígenas, quilombolas e ciganas em nosso Estado de forma a garantir



um desenvolvimento dos grupos que, em Minas Gerais, encontram-se em precária condição de vida e existência.

Outro campo fundamental diz respeito à ampliação do direito à educação, em sua concepção plena, a todos os segmentos da população. Aliado às metas de erradicação do analfabetismo, temos o compromisso com a equânime oferta de uma educação de qualidade em todo o território do estado de Minas Gerais, o que pressupõe, dentre outras ações, formação profissional continuada dos educadores, maior envolvimento dos pais ou responsáveis por nossas crianças e jovens nos processos educativos, e destinação crescente de recursos para investimento na melhoria da educação.

Mas, para além do tempo de exclusão que ainda persiste no Brasil, vale lembrar que a promoção e a defesa de justiça se estendem mais e significam, sobretudo, uma conquista civilizacional. Aristóteles disse um dia que nós, os humanos, somos animais políticos, ou seja, isolados ou ilhados uns dos outros, não chegaríamos a nos humanizar no sentido próprio da palavra. O campo da promoção dos direitos, afeto, diretamente à missão do Ministério Público, na medida em que visa à construção de um espaço social onde os seres humanos, homens e mulheres, desfrutem dos mesmos benefícios, representa a esperança de que a ameaça da barbárie, sempre presente no convívio humano, pode ser progressivamente afastada. E o Ministério



Público, como já destaquei, é essencial para a continuada expansão da cidadania.

É, portanto, uma honra receber a Medalha do Mérito Público do Estado de Minas Gerais Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rêgo Santos. E estou absolutamente segura que falo em nome de todos os agraciados por esta Comenda. Poeta, assim como o avô – o romancista e escritor nordestino José Lins do Rego - Francisco José Lins do Rêgo Santos representa e simboliza a essência da defesa do estado de Direitos, da cidadania, da valorização da vida, do respeito e da dignidade, aquilo que devemos buscar e almejar em todos nós. Francisco José Lins do Rêgo Santos é um exemplo duradouro pelo seu compromisso com a justiça, com a sociedade e com a nação brasileira.

Nós, hoje agraciados pela honra de receber esta Comenda, estamos aqui como representantes de instituições heterogêneas, mas que devem se aproximar no compromisso com a defesa dos direitos, na promoção da justiça e no fortalecimento da democracia, entendendo a democracia em sua dimensão mais ampla e qualificada. Somos, aqui, os homenageados, representantes da Imprensa, da Justiça, da Universidade e do Estado, instituições que devem carregar em sua essência a permanente busca por uma vida plena e digna.

Eu, Ana Lúcia Almeida Gazzola, estou aqui em nome da Rede Estadual de Ensino e de todo o Sistema Educacional de Minas Gerais, que vem se destacando e avançando no



cenário nacional, como atestam os dados do Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -, recentemente divulgados pelo Ministério da Educação. Represento, aqui, a esperança e a motivação de tantos outros que, cotidianamente, trabalham para estender e oferecer às nossas crianças e jovens, ou seja, o futuro de nossa nação, uma educação de qualidade, transformadora e plena.

Para encerrar, agradeço, em meu nome e em nome de meus colegas hoje agraciados, ao Ministério Público de Minas Gerais e em especial ao Procurador Geral de Justiça do Estado, Doutor Alceu José Torres Marques, e a todos os conselheiros, por terem nos honrado com essa Comenda. A Medalha a nós outorgada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais reveste-se, pois, de sentidos múltiplos e nos enche, a todos, de orgulho, sim, mas, sobretudo, tenham a certeza, de um compromisso com uma atuação sempre marcada pelos ideais de justiça e de cidadania, traços distintos da identidade do Ministério Público.

É este, Senhoras e Senhores, o sentimento que, com incontida alegria, carregamos no peito. Muito obrigada!

Ana Lúcia Almeida Gazzola
Secretária de Estado de Educação de Minas
Gerais